

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES PREMIADAS PELA
ADVB/SC DO ANO DE 2006**

RESUMO

O proposto trabalho tem como objetivo analisar como as entidades privadas premiadas pela Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil no evento “Empresa Cidadã 2006” tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações e dados. A pesquisa é bibliográfica e documental, o método é descritivo no objetivo e qualitativo na abordagem do problema. Como resultado verificou-se que de formas distintas poucas entidades buscam repassar suas ações sócio-ambientais não somente por meio de concursos, eventos e premiações, mas também por relatórios ou demonstrativos contábeis não obrigatórios como o Balanço Social.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa. Balanço Social. DVA. Entidades premiadas ADVB/SC.

1 INTRODUÇÃO

O diferencial estratégico competitivo está nas práticas de gestões modernas, capazes de gerar boa visão aos usuários. Independente da intenção, elas conseguem espaço, novos mercados, e atração de investimentos exigidos para uma empresa continuar atuando. Assim, as entidades sociais, bem como as privadas, que procuram mostrar suas atuações sociais de forma moralmente correta e que divulgam transparentemente as ações empreendidas têm possibilidade de se tornarem admiradas e respeitadas, elevando seu nível de reputação.

Os procedimentos sistematizados da contabilidade ultrapassam o registro e a natureza econômica das operações. A divulgação dessas ações pelas entidades através dos procedimentos é o que mostra o seu papel social ou não, e é fundamental que os contabilistas tenham consciência do trabalho social na evidenciação das atitudes sociais das entidades que representam.

A responsabilidade social evidente em divulgações recentes leva a pensar sobre o que são realmente essas palavras para uma entidade. Assim qualquer entidade que divulgar suas ações sociais por meio dos demonstrativos contábeis habituais ou pelo balanço social estaria adotando uma atitude consciente e respeitável.

As iniciativas social e ambiental são dignas de prêmios por promover ações no intuito de pulverizar essas práticas diante de uma sociedade tão carente de boas intenções. Entidades com fins lucrativos que tenham sua estabilidade econômica firme passam para outro patamar que é o da sustentabilidade empresarial, enraizado em políticas de longo prazo que se baseiam no social e no ambiental para adquirir um *status* de total responsabilidade social. O assunto principal desse trabalho é debater as informações de como uma entidade deve apresentar seus relatórios contábeis segundo a ótica de alguns autores conceituados, visando esclarecer para os usuários a transparência e ética dessas entidades.

O problema a ser resolvido são os itens inerentes em um Balanço Social ou Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) ou demais demonstrativos contábeis que contenham as mínimas informações para que se possa atingir o conceito de socialmente responsáveis. As práticas de divulgação e ações estão sendo desenvolvidas pelo setor privado na busca de novas parcerias e de melhor autonomia de suas marcas e produtos. Ainda é certo que a responsabilidade social é de direito comum, principalmente por parte do Estado – gestor de políticas públicas – a fim de diminuir as desigualdades tanto no âmbito econômico, como social e ambiental.

O objetivo da pesquisa é analisar como as entidades privadas premiadas pela ADVB/SC (Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil, seccional de Santa Catarina) no evento “Empresa Cidadã 2006” tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações e dados. O tema a ser pesquisado mostra-se relevante uma vez que se trata de um assunto importante para a sociedade brasileira, visto a expansão dos mercados de capitais e a complexidade dos negócios.

A palavra do momento é a transparência, o *disclosure* (revelação) tão incessantemente cobrado das entidades reguladoras como das fiscalizadoras para demonstrar a veracidade dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis de todas as empresas que querem inserir-se em novos mercados, exigentes a cada dia.

De acordo com Frey (2005), o tema responsabilidade social corporativa tem tomado espaço nos cenários políticos, social e econômico, impactando nas estratégias empresariais, e gerando transformações nas relações com os *stakeholders* (todas as pessoas que de alguma forma tenha algum interesse na organização).

Diante disto, este trabalho quer evidenciar as práticas das entidades catarinenses pesquisadas quanto a sua responsabilidade social, haja vista que a BOVESPA, assim como outras bolsas de valores mundiais, vêm adotando desde 2005 o índice de sustentabilidade empresarial o que implica, entre outros fatores, a elaboração de formas de divulgação de suas práticas sociais e ambientais, bem como de seu valor adicionado.

2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nos objetivos gerais esta pesquisa é descritiva. Na concepção de Gil (2002 *apud* BEUREN *et al*, 2003) uma das características da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Beuren (2003, p. 81) relata que descrever significa identificar, relatar, comparar e pode se recorrer a técnicas estatísticas para analisar e descrever problemas na área contábil utilizando esta técnica de pesquisa abordada quanto ao objetivo.

Quanto aos procedimentos, que é o modo pelo qual é conduzido o estudo na busca da coleta de dados relacionados com o trabalho a ser estudado, é classificada como uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa quanto à abordagem do problema, sendo assim uma análise mais aprofundada dos fenômenos estudados. A trajetória da pesquisa divide-se em três etapas, sendo a primeira a fundamentação teórica, a partir do levantamento bibliográfico e documental, a segunda é a coleta de dados e a terceira a análise dos dados.

A escolha das entidades que sejam compatíveis com a pesquisa decorre do ano da publicação das demonstrações contábeis e relatórios pertinentes ao escopo da pesquisa. Como os dados coletados são de 2006, o ano da premiação dos projetos analisados por esse trabalho, apenas quatro empresas suprem a limitação, são elas: Brasil Telecom, Celesc, Celulose Irani e Comfloresta. Os dados pesquisados constam em sítios eletrônicos das entidades ou em jornais de grande circulação referente às entidades constantes na lista das empresas premiadas pela ADVB/SC publicadas no Diário Catarinense de cinco de outubro de 2006. O trabalho limita-se aos dados pesquisados e não tem qualquer comprometimento com as informações divulgadas pelas empresas, sendo, portanto, a conferência desses dados de responsabilidade

de cada entidade. A generalização para todo o Estado de Santa Catarina não é possível pelo número reduzido de empresas pesquisadas.

De acordo com o levantamento realizado nos sítios eletrônicos das entidades e jornais de grande circulação, chega-se à construção do Quadro 1:

nº	Empresa	Sede Matriz	Meio	Balanco Social	DVA	BP/ DRE/ DMPL/ DOAR	DFC	Outros
1	BRASIL TELECOM	Brasília/DF	site	Relatório Social de 2006	2006-2005	2006-2005	2006-2005	Código de Ética
2	CELESC	Florianópolis/SC	site	2006-2005	2006-2005	2006-2005	2006-2005	Relatório do Balanço Social 2006
3	CELULOSE IRANI	Porto Alegre/RS	site		2006	2006-2005		Relatório de Sustentabilidade
4	COMFLORESTA	Campo Alegre/SC	jornal			2006-2005		
5	EBV	São José/SC						
6	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma/SC						
7	INSTITUTO ENGEVIX (PRESE)	Florianópolis/SC						
8	RBS TV JOINVILLE	Porto Alegre/RS						
9	REDE RECORD – VALE DO ITAJAI E NORTE	São Paulo/SP						
10	REDE SC – SBT JOINVILLE	Florianópolis/SC						
11	SIECESC	Criciúma/SC						
12	SULCATARINENSE	Biguaçu/SC						
13	TRANSPETRO	Rio de Janeiro/RJ						
14	UNISUL	Tubarão/SC						
15	VEGA DO SUL – ARCELOR BRASIL	São Francisco do Sul/SC						

Quadro 1 - Entidades ADVB/SC 2006

Fonte: dados pesquisados.

De acordo com o prêmio foram quinze entidades ganhadoras. No Quadro 1 levanta-se quais entidades publicam o Balanço Social, Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) além das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado (DRE), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e outros relatórios.

Nota-se que do total de quinze entidades premiadas apenas quatro são passíveis de análise comparativa. As entidades Celesc, Celulose Irani, Brasil Telecom e a Comfloresta são as com um número maior de publicações. As entidades com nenhuma publicação, e portanto não analisadas por esta pesquisa são: EBV, Empresas Rio Deserto, Instituto Engevix, RBS TV Joinville, Rede Record – Vale do Itajaí e Norte, Rede SC – SBT Joinville, Siecesc, Sulcatarinense, Transpetro, Unisul e Vega do Sul – Arcelor Brasil.

Ressalta-se mencionar que, em 2006, acontece o concurso de responsabilidade social o “Prêmio Balanço Social ABERJE APIMEC Ethos FIDES IBASE”, na 5ª edição, realizado

pela ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Este evento leva em conta, entre outros, a governança corporativa que visa aprimorar a relação dos investidores com a empresa, os princípios éticos, o comprometimento, a apresentação das informações, suas qualificações por meio de certificados dentre outros.

Assim, pode se afirmar que estes prêmios buscam de forma comum uma maior transparência e participação com a comunidade e meio ambiente na visão de encontrar uma situação que seja melhor para todos: governo, sociedade, empresários, cidadãos, natureza e para o futuro.

Através de projetos as entidades esclarecem seu tipo de atuação, apresenta-se a seguir os projetos ganhadores de acordo com a classificação da ADVB/SC, todos realizados no estado de Santa Catarina, conforme Quadro 2:

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA			
1	Projeto energia do futuro - aquecimento solar	CELESC	Florianópolis
2	Projeto tô ligado - capacitação profissional para eletricitistas predial	CELESC	Florianópolis
3	Produção de mudas nativas, ajudando famílias e o meio ambiente	COMFLORESTA	Campo Alegre
4	Centro de formação e aperfeiçoamento profissional Ltda - Geração de Cidadania	EBV	São José
5	PRESE – Programa Sócio-Educativo	INSTITUTO ENGEVIX	Florianópolis
6	Içara + Doce	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma
7	Record Cidadã - Ano 2	REDE RECORD	Itajaí
8	Promovendo cidadania e lazer no Dia do Trabalhador	REDE SC	Joinville
9	O visto de entrada na universidade para os alunos de escola pública	UNISUL	Tubarão
10	Protegendo os Costões	VEGA DO SUL	São Francisco do Sul
DESENVOLVIMENTO CULTURAL			
11	Aproximando pessoas através da cultura	BRASIL TELECOM	Florianópolis
12	Oficinas de desenvolvimento cultural e capacitação comunitária	TRANSPETRO	São Francisco do Sul
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL			
13	Mecanismo de desenvolvimento limpo usina de cogeração	CELULOSE IRANI	Vargem Bonita
14	Estação biológica Costão da Serra	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma
15	Preservar é inteligente, preserve para o futuro	RBS TV	Joinville
16	Preservar é possível	SIECESC	Criciúma
17	Pavimentação de SC 408: modelo bem-sucedido de gestão ambiental	SULCATARINENSE	Biguaçu

Quadro 2 - Projetos das entidades premiadas ADVB/SC

Fonte: dados pesquisados.

Os projetos são de 2006, por isso é justo analisar somente os demonstrativos contábeis ou outros relatórios desse ano. Como a própria proposta do trabalho é identificar o quão responsáveis socialmente são cada uma das entidades, então aquelas que não publicam, de forma a atingir grandes públicos, como pelos sítios eletrônicos ou jornais já perdem na mensuração, e nesta pesquisa, das quinze empresas apenas quatro são estudadas.

A preocupação com o meio ambiente é o foco de muitos dos projetos premiados pela ADVB/SC. Dentre os dezessete projetos, nove tratam da ecologia, da preservação, da reeducação ambiental como principal motivo para realizarem a ação. A questão do

aquecimento de água por energia solar, que ajuda no problema de energia de algumas regiões do país, auxilia na cidadania, na saúde, na inserção social. O plantio de mudas nativas para a preservação de espécies, da biodiversidade, beneficia famílias e solucionam outros problemas sociais como o desemprego e a renda. No setor público, a Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, discrimina os tipos de despesas por funções, esta é intrínseca na elaboração dos orçamentos públicos.

3 NECESSIDADES SOCIAIS E NORMAS CONTÁBEIS

Uma entidade é uma “pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos”, art. 4 da Resolução CFC n. 750/93, sendo assim pode-se ainda classificar, utilizando o critério de objetivos, em entidades públicas estatais, privadas, ou pertencentes ao terceiro setor (organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e as organizações sociais).

Estas definições se fazem necessárias para entender o mecanismo do funcionamento das entidades, uma vez que cada um tem seus objetivos e estes convergem e interagem num sistema vivo e inconstante que é o mercado, como se cada um dependesse da atitude e resultado do outro para desenvolver suas atividades próprias.

As necessidades sociais surgem quando há uma condição de igual consumo para todos, conforme Musgrave (1980, p. 29). Essa necessidade por parte de um consumidor independe de sua própria contribuição, os custos são partilhados por todos. Quando há falha no mecanismo de mercado entre o produto social e o privado, surgem as necessidades sociais.

Para sair do chamado princípio de exclusão em que o consumidor é incapaz de pagar e assim possuir um bem ou serviço ofertado pelo mercado há a necessidade da atuação do Estado para atender as necessidades sociais prioritárias daquela região e assim distribuir os recursos.

Dentre as atribuições dos entes públicos estatais está a de regular a relação capital *versus* trabalho para que esta intersecção não diminua os direitos de cada parte, envolvendo ambos num estado de respeito e igualdade. Os conselhos reguladores do exercício profissional emergem deste conceito. Em 1946 é criado o Conselho Federal de Contabilidade para fiscalizar o exercício profissional dos contabilistas (contador e técnico de contabilidade), desta forma “é uma autarquia especial de caráter corporativista, sem vínculo com a Administração Pública Federal” segundo o próprio CFC. Sua organização, funcionamento e estrutura são regulamentados pelo Decreto-Lei n. 9.295/46 e normatizado pela Resolução CFC n. 960/03. Uma das competências do CFC é de “elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade e os princípios que as fundamentam” Art 17 item IV da Resolução CFC n. 960/03. Neste estudo as normas obrigatórias são a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental e a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

A pesquisa Ação Social das Empresas da Região Sul, realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em maio de 2006, com o apoio do BID, da RedeIpea de Pesquisa e do escritório da Cepal no Brasil levanta que a Região Sul realizou ações sociais para a comunidade na proporção de 46%, em 1999, para 67%, em 2004, inclui-se o Estado de Santa Catarina participando com 50% em 1999 e crescendo 28 pontos percentuais, ou seja, em 2004 obteve 78%. A seleção das empresas pesquisadas, segundo a metodologia aplicada pelo IPEA, considera-se as apenas as cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego, composto pela Relação Anual de Informações Sociais – Rais e pelo Cadastro de Empregados e Desempregados – Caged. A amostra é integrada por 1.982 empresas da Região Sul com um ou mais empregados e com fins lucrativos. E a partir de procedimentos estatísticos, é expandida para o total das empresas da região pesquisada, cerca de 260 mil.

Uma das perguntas é sobre o que levaria as entidades que nada fazem a atuar no social, a resposta mais constante é a falta de recursos financeiros, 58%, seguido de incentivos governamentais com 29%. Apenas 6% destas empresas informam que nada as levaria a atuar no social, mostra que ainda há espaço para o crescimento de outras ações das empresas na área social. Por fim, a confiabilidade nos trabalhos executados conta com 3%, outros e não sabem ou não responderam somam 2% cada uma.

Para determinar as necessidades sociais de Santa Catarina é levado em consideração a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) disponíveis pela Fazenda Estadual para os anos de 2006 e 2007 conforme Lei Estadual n. 13.454, de 25 de julho de 2005 e Lei Estadual n. 13.849, de 31 de outubro de 2006, respectivamente. Esta comparação pretende determinar qual é o principal campo afetado pela atuação direta do governo do Estado de Santa Catarina. Interessante afirmar que as necessidades sociais surgem e se aprimoram para atingir outras pessoas e culturas, sendo mutante diante do mundo, a maturação do tempo é capaz de evidenciar qual a necessidade mais certa para a sociedade catarinense, conforme o Quadro 3:

Anexo I - Prioridades e Metas para 2007			Anexo I – Prioridades e Metas para 2006		
PODER EXECUTIVO			PODER EXECUTIVO		
Áreas	Classif.	Programas	Áreas	Classif.	Programas
Infra-Estrutura	5º	9	Infra-Estrutura	1º	13
Educação, Ciência e Tecnologia	2º	11	Educação, Ciência e Tecnologia	2º	11
Agricultura, Assistência Social e Política Rural	1º	12	Agricultura, Assistência Social e Política Rural	3º	10
Desenvolvimento Econômico e Gestão	4º	9	Desenvolvimento Econômico e Gestão	4º	9
Cultura, Esporte e Turismo	3º	9	Cultura, Esporte e Turismo	5º	8
Apoio administrativo	7º	7	Apoio Administrativo	6º	6
Saúde	8º	4	Saúde	7º	6
Meio Ambiente	6º	7	Meio Ambiente	8º	4
Segurança Pública	9º	3	Segurança Pública	9º	3
Habitação	10º	1	Habitação	10º	2
TOTAL		72	TOTAL		72

Quadro 3 - Necessidades Sociais de Santa Catarina

Fonte: Lei Estadual n. 13.454 de 25 de julho de 2005 e Lei Estadual n. 13.849 de 31 de outubro de 2006.

Portanto, em 2006 a infra-estrutura seguida da educação são as áreas com mais programas de governo. Ressalta-se os incentivos para a agricultura, assistência social e política rural. Os últimos que se repetem nos dois anos (2007-2006) são áreas da saúde, meio ambiente, segurança pública e habitação. Em 2007, a educação permanece na segunda colocação, perdendo apenas para a área de agricultura, assistência social e política rural a agricultura, há outro destaque nas metas do governo estadual que são os programas para a cultura, esporte e turismo.

As normas contábeis indicam um meio pelo qual as entidades possam informar aos usuários as suas ações sociais e ambientais. A NBC T 3.7 trata do conteúdo da estrutura e da nomenclatura da Demonstração de Valor Adicionado (DVA). O conceito de DVA, tratado nesta norma contábil é “a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”. A apresentação deve ser de forma comparativa entre os dois períodos (atual e anterior), não faz parte das notas explicativas, e deve evidenciar os componentes: receita bruta e as outras receitas; insumos adquiridos de terceiros; valores retidos pela entidade; valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades; valor total adicionado a distribuir; e a distribuição do valor adicionado.

O Balanço Social possui norma contábil específica, a NBC T 15, que trata das informações de natureza social e ambiental que evidencia a participação e responsabilidade social da entidade. Entende-se como informação de natureza social e ambiental a geração e distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo, e a interação com o meio ambiente. Estas informações podem ter origem contábil ou não, e caso não constem nos demonstrativos contábeis devem aparecer nas notas explicativas. O item de geração e distribuição da riqueza é a informação que tem origem no Demonstrativo de Valor Adicionado. Portanto os dois demonstrativos possuem relação direta. Os recursos humanos são informações referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. Há detalhamento do menor e maior salário, empregados por sexo, demitidos, admitidos e outros. Na interação da entidade com o ambiente externo apresenta a relação da entidade com os fornecedores e clientes, além da interação com a comunidade através de ações educacionais (exceto de finalidade ambiental), culturais, de saúde, esporte e lazer (sem considerar patrocínios e publicidade) e alimentação. A relação da entidade com as reclamações recebidas de clientes, órgãos de defesa do consumidor e da justiça, as multas e indenizações a clientes também são declarados. Na interação com o meio ambiente devem ser evidenciados: investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais.

As normas contábeis não restringem o profissional contabilista sobre as informações de cunho social e ambiental, na verdade, abrem um campo grande de opções e que tem como resultado esperado apresentar as ações sociais e ambientais da entidade pela qual responde.

4 ANÁLISE DAS ENTIDADES ATRAVÉS DOS INDICADORES

Em pauta está a responsabilidade social analisado por meio de indicadores para atingir de forma sistêmica. A comparação serve para nivelar, quando for possível, a responsabilidade social de cada entidade. Nesta pesquisa abordam-se três indicadores, sendo estes apenas exemplos dentre outros tantos existentes, pois para um tema tão completo como a responsabilidade social que requer mais atenção de todas as áreas das entidades para repassar para os usuários maior transparência e confiabilidade das informações, há que se conhecer um pouco de cada tipo de projeto e suas áreas atingidas, a fim de especificar se houve compatibilidade com alguns dos itens de cada indicador.

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, segundo Frey (2005, p 66) constituem-se de um instrumento de diagnóstico que oferece elementos para a tomada de decisão e de planejamento, há como perceber um valor para as práticas de responsabilidade social e então ter como retorno na imagem, sustentabilidade e *performance* da entidade. Esses indicadores estão no Quadro 4:

Valores e Transparência	Auto regulação e conduta	– Compromissos Éticos – Enraizamento na Cultura Organizacional
----------------------------	-----------------------------	---

	Relações transparentes com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> – Diálogo com Partes Interessadas (stakeholders) – Relações com a concorrência – Balanço Social
Público Interno	Diálogo e Participação	<ul style="list-style-type: none"> – Relações com os Sindicatos – Gestão Participativa – Participação nos Resultados e Bonificação
	Respeito ao Indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> – Compromisso com o Futuro das Crianças – Valorização da Diversidade
	Respeito ao Trabalhador	<ul style="list-style-type: none"> – Comprometimento frente a Demissões – Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade – Cuidado com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho – Preparação para Aposentadoria
Meio Ambiente	Gerenciamento do Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Gerenciamento do Impacto no Meio Ambiente e do Ciclo de Vida dos Bens e Serviços – Minimização de Entradas e Saídas de Materiais
	Responsabilidade frente às Gerações Futuras	<ul style="list-style-type: none"> – Comprometimento da Empresa com a Causa Ambiental – Educação Ambiental
Fornecedores	Seleção e Parceria com Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> – Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores – Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva – Relações com Trabalhadores Terceirizados – Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores
Consumidores /Clientes	Dimensão social do consumo	<ul style="list-style-type: none"> – Política de <i>Marketing</i> e Comunicação – Excelência no Atendimento – Conhecimento dos Danos Potenciais dos Bens e Serviços
	Relações com a comunidade Local	<ul style="list-style-type: none"> – Gerenciamento do Impacto da Empresa junto à Comunidade de Entorno – Relações com Organizações Locais
	Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> – Gestão da Ação Social – Foco e Alcance da Ação Social – Integração entre Empresa e Ação Social
	Trabalho Voluntário	<ul style="list-style-type: none"> – Estimulo ao Voluntariado
Governo e Sociedade	Transparência Política	<ul style="list-style-type: none"> – Contribuições para Campanhas Políticas – Práticas Anti- Corrupção e Propina
	Liderança Social	<ul style="list-style-type: none"> – Liderança e Influência Social – Participação em Projetos Sociais Governamentais

Quadro 4 – Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

Fonte: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2002b, p. 5-6 *apud* FREY, 2005, p. 66-67.

Segundo o Instituto Ethos de empresas e Responsabilidade Social (2002b *apud* FREY, 2005) uma empresa é considerada responsável socialmente quando for além do que lhe é imposto por lei, considerando as pessoas como seres humanos que possuem necessidades a serem atingidas conforme Maslow *apud* CHIAVENATO (2002, p. 113-116). Há hierarquia das mesmas que, de acordo com a obtenção de cada, numa escada gradual, consegue-se chegar ao ápice através da auto-realização e esta obtenção precisa de recursos que podem ser supridos com o trabalho e mais algum apoio público de acordo com as políticas públicas de distribuição de recursos, que na maioria visa grupos estabelecidos e socialmente engajados nas causas que defendem.

Os indicadores de Michael Hopkins baseiam-se, segundo Ashley (2002 *apud* FREY, 2005), no Desempenho Social das Empresas, proposto por Donna Wood, em 1991. A concepção é avaliar o perfil de responsabilidade social das empresas. O Quadro 5 mostra:

Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Indicador
---	-----------

Nível I – Princípios de responsabilidade social		
Legitimidade	– Código de Ética	
Responsabilidade pública	– Litígios envolvendo violação das leis pela empresa – Penalidades em conseqüências de atividades ilegais – Contribuição para inovações – Criação de empregos	
Arbítrio dos executivos	– Código de Ética – Executivos condenados por atividades ilegais	
Nível II – Processo de capacidade de resposta social		
Percepção do ambiente	– Mecanismos para examinar as questões sociais relevantes para a empresa	
Gerenciamento dos <i>Stakeholders</i>	– Corpo analítico para as questões sociais como parte integral da elaboração de políticas – Existe auditoria social? – Existe relatório de prestação de contas sobre ética?	
Administração de questões	– Políticas elaboradas tendo como base de análise as questões sociais	
Nível III – Resultados/ações de responsabilidade Social		
Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Stakeholders grupos assumidos	Indicador
Efeitos nos <i>stakeholders</i> internos	Proprietários e acionistas	– Lucratividade/valor – Irresponsabilidade corporativa ou atividades ilegais – Bem-estar da comunidade – Filantropia corporativa – Código de Ética
	Executivos	– Código de Ética
	Funcionários	– Relações sindicato/empresa – Questões de segurança – Pagamento, subsídios e benefícios – Demissões – Funcionários proprietários – Políticas para mulheres e minorias.
Efeitos nos <i>stakeholders</i> externos	Clientes e consumidores	– Código de ética – <i>Recalls</i> de produtos – Litígios – Controvérsia pública sobre produtos ou serviços – Propaganda enganosa
	Meio Ambiente	– Poluição – Lixo tóxico – Reciclagem e uso de produtos reciclados – Uso de etiqueta ecológica nos produtos
	Comunidade	– Doações corporativas para programas comunitários – Envolvimento direto em programas comunitários – Controvérsias ou litígios com a comunidade
	Fornecedores	– Código de ética da empresa – Código de ética dos fornecedores – Litígios/penalidades – Controvérsias publicas
Efeitos institucionais externos	Organização como uma instituição social	– Código de ética – Litígios genéricos – Processos por ações classistas – Melhorias nas políticas publicas e na legislação em decorrência de pressões da empresa

Quadro 5 – Indicadores de Hopkins de responsabilidade social empresarial

Fonte: Hopkins (1977, p. 581 *apud* DAHER *et al*, 2006).

A criação de banco de dados comparativo das práticas sociais é uma forma de referência das ações desenvolvidas pelas empresas e seus resultados, especialmente a relação entre o faturamento e o número de empregos é um indicador centralizador do envolvimento responsável com os humanos na medida em que a robótica e a softenização assumem papel decisório na competitividade de mercado e o emprego humano é substituído por inovações tecnológicas. Confrontando com outro indicador, que relacione lucratividade com o número de empregos, pode-se ter uma visão evolutiva da real prioridade para com a respeitabilidade ao trabalhador. Nota-se oportuno a necessidade de ligar o Balanço Contábil com o Balanço Social. O Balanço Social, elaborado pelo Instituto IBASE apresenta uma série de informações traduzidas com indicadores, segundo Frey (2005, p. 69), Quadro 6:

1. Base de cálculo Itens incluídos	
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados (as)
Encargos sociais compulsórios	Gastos com INSS, FGTS e outros obrigatórios
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados (as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados (as)
Segurança e saúde no trabalho	Gastos com prevenção de acidentes no trabalho, manutenção da CIPA, ergonomia, avisos, seguros e manutenções contra incêndio
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados (as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados (as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados (as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos locais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os (as) funcionários (as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação sócio ambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Composição do corpo funcional	Quantidade de empregados no final do período, admissões no período, empregados terceirizados, estagiários, empregados acima de 45 anos, numero de mulheres que trabalham na empresa e sua ocupação em cargos de chefia, empregados negros conforme RAIS e sua participação em cargos de chefia, empregados portadores de necessidades especiais.
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa	Qual nível hierárquico da organização tem a iniciativa: direção; direção e gerencia ou todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	Quem define estes padrões: direção e gerencia; todos (as) empregados (as) ou todos (as) mais a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as)	Neste caso se a empresa se envolve, segue as normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ou incentiva e segue a OIT
A previdência privada	Quais setores da organização esta previdência: direção; direção e gerencia ou todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados	Contempla a direção, direção e gerencia ou a todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, sobre os padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	Se os mesmos padrões éticos adotados pela entidade são utilizados como critérios de seleção dos fornecedores, ou se são sugeridos ou nem exigidos na escolha
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário	A empresa apóia, não se envolve ou organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Sendo estas oriundas da Justiça, do Procon ou na própria entidade
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor e Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	O valor adicionado gerado e qual a sua distribuição para o governo, colaboradores, acionista, terceiros e retido pela entidade
7. Outras informações	
Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social IBASE/Betinho.	

Quadro 6 – Indicadores do Instituto IBASE de responsabilidade social empresarial

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2007).

Este modelo é o mais usado no Brasil dado à fácil elaboração o que facilita a maior adesão de empresas, e por consequência há a criação de conhecimento entre as empresas que divulgam uma comparabilidade por anos, setores ou outros jeitos quaisquer que indiquem a alguém num determinado tempo um valor que seja importante.

Chega-se o momento de comparar os indicadores com as entidades que publicam demonstrativos contábeis e relatórios pertinentes a responsabilidade social. As empresas

selecionadas conforme Quadro 1 são: Celesc, Celulose Irani, Comfloresta e Brasil Telecom todos referentes ao ano base 2006.

Este resumo consagra-se pelo Quadro 7:

RESUMO DOS INDICADORES							
Quantidade de Positividade em cada indicador proposto							
<i>Indicador</i>	Ethos		Hopkins		IBASE		Média
ENTIDADE	<i>Qtd.</i>	%	<i>Qtd.</i>	%	<i>Qtd.</i>	%	
Celesc	7	100%	3	33%	5	100%	71%
Celulose Irani	6	86%	4	44%	5	100%	71%
Comfloresta	1	14%	1	11%	0	0%	10%
Brasil Telecom	5	71%	4	44%	3	60%	57%
TOTAIS	7	100%	9	100%	5	100%	

Quadro 7 – Resumo dos Indicadores atingidos por cada entidade

Fonte: dados pesquisados.

Considera-se que uma entidade atingiu ponto positivo se a mesma puder transmitir através de seus relatórios informações pertinentes. Nesta pesquisa para obter informações dos indicadores usa-se critérios observáveis nos demonstrativos contábeis ou seus relatórios. Na maioria das questões respondidas por cada indicador o Balanço Social ou a DVA possuem detalhes que abrangem essas questões, não obstante as notas explicativas também oferecem respostas. Neste trabalho a questão da participação dos resultados ou nos lucros é respondida pelas notas explicativas.

Muitos dos elementos já existem, mas como a maioria das entidades prefere divulgar informações reduzidas nos demonstrativos contábeis e apresentar, algumas vezes, em notas explicativas. Na DRE pode aparecer já detalhados os gastos com salários e encargos, a participação nos resultados, os benefícios concedidos sem a necessidade de notas explicativas. No Balanço Patrimonial, os passivos ambientais ou questões de litígios poderiam ser mais expostos e não apenas em notas explicativas. Sobre o Balanço Social é muito válido as empresas que divulgam. Como há a necessidade de ter mais informações, o relatório social e ambiental é uma ferramenta eficiente nesse sentido.

5 CONCLUSÕES

A problemática desta pesquisa resume-se na questão: “como as entidades premiadas pela ADVB de Santa Catarina estão evidenciando os dados e informações no âmbito da responsabilidade social corporativa?”. Como resposta pode-se afirmar que apenas uma entidade cumpre com a publicação do Balanço Social junto com relatório expositivo e outra entidade divulga suas ações sociais e ambientais por meio de relatório próprio, no período analisado.

A pesquisa limita-se aos dados fornecidos pelas entidades por meio eletrônico e jornais, ao final só pode-se analisar quatro empresas por condizer suas publicações contábeis e relatórios com o ano dos projetos, 2006. Das quinze empresas inicialmente pesquisadas apenas quatro publicam algum documento relevante a esta pesquisa. Outra questão é a divulgação dos projetos sociais premiados, dos dezessete projetos, dois não são detalhados pelas entidades em seus sítios eletrônicos.

Ao se buscar mais fontes na ADVB/SC a respeito dos projetos é transmitido que existem detalhes de cada projeto premiado, porém a consulta restringe-se somente ao local sem direito a cópia o que inviabiliza a pesquisa, pois compromete a fidedignidade das informações, por não haver comprovação em documento de cada projeto.

O objetivo geral é “analisar como as entidades privadas premiadas pela ADVB/SC no evento “Empresa Cidadã 2006” tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações e dados”. No resultado alcançado por esta pesquisa afirma-se que somente quatro empresas divulgam demonstrativos contábeis referentes ao ano da premiação (2006) e quanto às suas ações sociais e ambientais apenas duas empresas divulgam relatórios ou Balanço Social. Uma das entidades divulga seu código de ética e dessa forma cada entidade consegue de maneira difusa responder alguns indicadores para análise da responsabilidade social.

Existem informações que poderiam estar nos demonstrativos contábeis com mais ênfase ao social e ambiental. Um dos itens da NBC T 15 é “gastos com educação” e que em nenhuma entidade revela, pode haver certa confusão com o outro item é que de “gastos com a capacitação e desenvolvimento profissional” para resolver essa questão há a necessidade de discussão das entidades e cientistas contábeis a fim de repassar para a sociedade a escolha mais acertada.

No estudo constata-se que no Balanço Social deveria aparecer o valor dos gastos com o transporte e que nenhuma entidade apresenta. Na informação do corpo funcional, a empresa Celulose Irani, por meio de divulgação própria, publica as informações sobre o nível de escolaridade de seus funcionários, isso quer dizer que esses dados ainda são de difícil homogeneidade. A participação nos lucros ou resultados é conhecida nas notas explicativas das demonstrações contábeis essa é a conexão mais imediata entre o Balanço Social, a Demonstração de Valor Adicionado e os demonstrativos contábeis tradicionais.

Como resultado desta pesquisa sugere-se as seguintes ações para evidenciar a gestão transparente e participação efetiva na redução das diferenças sociais:

- ✓ Apresentar o Balanço Social do modelo IBASE ou outros que tenham compatibilidade com a NBC T 15;
- ✓ Publicar a Demonstração de Valor Adicionado condizente com a NBC T 3.7;
- ✓ Realizar uma auditoria social que contenha as respostas para os indicadores do Instituto Ethos, do Instituto IBASE e os indicadores de Michael Hopkins.

Nesta pesquisa nenhuma entidade é capaz de transparecer completamente sua gestão ou comprometer-se, integralmente, com a redução das diferenças sociais. As informações de cunho social e ambiental são de caráter voluntário e não passam por uma auditoria social e por isso são de pura subjetividade e de confiança na veracidade das informações apresentadas por cada entidade. As entidades demonstram as informações sociais e ambientais por meio de relatórios, preferencialmente, do que por demonstrativos contábeis. Essa escolha das entidades envolve a questão da vontade, da prioridade e facilidade e que tem por resultado relatórios não padronizados e de conteúdos que obedecem às escolhas das empresas.

O conjunto de ações baseadas na ética, no respeito à vida, no cuidado com o meio ambiente, na publicidade e comunicação com os *stakeholders*, no retorno de seus financiadores, na postura frente à adversidade interna e na percepção do ambiente envolvido é chamado de consciência empresarial voltada ao engajamento social e ambiental que condiz com a responsabilidade sócio-ambiental.

Através da análise feita pelos indicadores percebe-se que duas empresas merecem destaque são elas: Celulose Irani e Celesc em que as respostas a cada indicador só foram possíveis devido ao esforço de cada ente em querer transmitir informações não obrigatórias por meio de relatórios atestando sua responsabilidade sócio-ambiental.

Os indicadores de Hopkins são os mais difíceis de determinar a sua existência na entidade, nesse sentido falta conhecimento ou até mesmo mais informações das entidades para elaborar seus relatórios. Uma maneira de atingir aos objetivos de Michael Hopkins é fazer auditoria social em que inúmeras questões são levantadas e apuradas.

REFERÊNCIAS

ARCELOR BRASIL. **Biodiversidade**. Disponível em: < http://www.arcelor.com.br/relacoes_investidores/relatorios_stakeholders/relatorio_sustentabilidade/2005/indicadores_desempenho_ambiental/biodiversidade/biodiversidade.html >. Acesso em 26 mai. 2007.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASCAN. **Notícias**. Disponível em: <www.brascan.com.br/noticias/comfloresta_prêmio.htm>. Acesso em 26 mai. 2007.

BRASIL. **Portaria n. 42**, de 14 de Abril de 1999. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em 9 mai. 2007.

BRASIL TELECOM. **Sobre a Brasil Telecom**. Disponível em: <<http://www.brasiltelecom.com.br/home/sobreabriltelecom.html>>. Acesso em 22 mai. 2007.

CELULOSE IRANI. **Imprensa, press release**. Disponível em: < <http://www.irani.com.br/imprensa/estrutura.php?id=33&sub=1&imprensa=39&0=0> >. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Quem somos**. Disponível em: < <http://www.irani.com.br/estrutura.php?id=2> >. Acesso em 26 mai. 2007.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, CELESC. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.celesc.com.br/portal/page/portal/institucional/historico>>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Relatório Balanço Social 2006**. Disponível em: <http://portal.celesc.com.br/portal/page/portal/socioambiental/balanco_social/relatorio_balanco_social_2006.pdf>. Acesso em 26 mai. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria gerla da administração. Vol 2. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

COMFLORESTA. Disponível em: <<http://www.comfloresta.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em:<www.cfc.org.br>. Acesso em 26 mai. 2007.

DAHER, Wilton de Medeiros; OLIVEIRA, Marcelle Colares; OLIVEIRA, Bruno Cals. Responsabilidade social corporativa e geração de valor reputacional: estudo multicaso, segundo o modelo de Hopkins, de empresas do setor energético do nordeste brasileiro. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. Anais do 6º Congresso

USP de Controladoria e Contabilidade. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/37.pdf>>. Acesso em 23 Set. 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA, EBV. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.ebv.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Centro de formação e aperfeiçoamento profissional**. Disponível em: <<http://www.ebv.com.br/moodle>>. Acesso em 26 mai. 2007.

EMPRESAS RIO DESERTO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.riodeserto.com.br/apresentacao/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

FREY, Irineu Afonso. **Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial por meio de indicadores**. 2005. 209 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE . **Conjunto de Protocolos de Indicadores**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/48158248-37BA-459B-8C0C-90C232E57B7F/0/ConjuntodeProtocolosdeIndicadoresPR.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balço Social - modelo 2006**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/BS_Empresas2006.pdf>. Acesso em 13 jun. 2007.

_____. **Crterios para solicitação do Selo Balço Social IBASE/Betinho 2007**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/criterios_selo_2007.pdf>. Acesso em 13 jun. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas - Região Sul**. Maio de 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br/asocial>. Acesso em 11 out. 2006.

INTITUTO ENGEVIX. **Quem Somos**, Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.engevix.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Campus, 1980. 673p.

PETROBRAS TRANSPORTE, TRANSPETRO. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.transpetro.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Central de Informações**. Disponível em: <http://www.transpetro.com.br/portugues/centralInformacoes/jornal/JT_58.pdf>. Acesso em 26 mai. 2007.

PRÊMIO BALANÇO SOCIAL. **Roteiro de Avaliação: 5ª**. Edição Prêmio Balço Social Aberje Apimec Ethos Fides Ibae. Disponível em: <<http://www.prêmioBalancosocial.org.br/roteiro.asp>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÃO, RBS. **Balanco Social 2005**. Disponível em <http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/balanco_social_2005.pdf>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Grupo RBS**. Disponível em: <<http://www.rbs.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE RECORD. **A empresa, histórico**. Disponível em: <<http://www.rederecord.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE SC. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.redesc.com>>. Acesso em 26 mai. 2007.
SANTA CATARINA. **Lei Estadual n. 13.454**, de 25 de julho de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e adota outras providências. Secretaria do Estado da Fazenda. Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://server01.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2005/013454-011-0-2005-001.htm>>. Acesso em 9 mai. 2007.

_____. **Lei Estadual n. 13.849**, de 31 de outubro de 2006. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e adota outras providências. Secretaria do Estado da Fazenda. Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://server01.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2006/013849-011-0-2006-001.htm>>. Acesso em 9 mai. 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SIECESC. **Notícias**. Disponível em: <http://www.siecesc.com.br/noticias/2004/2004_763.htm>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Origem SIECESC**. Disponível em: <<http://www.siecesc.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Projeto de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.siecesc.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

SULCATARINENSE. **Empresa, Premiações**. Disponível em: <http://www.sulcatarinense.com.br/empresa_cidada.php>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Empresa**. Disponível em: <<http://www.sulcatarinense.com.br/empresa.php>>. Acesso em 26 mai. 2007.

UNISUL. **A Universidade, Histórico**. Disponível em: <<http://www.unisul.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

_____. **Passaporte Unisul**. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/diversos/passaporte20061/edital_passaporte_inverno_2006_.pdf>. Acesso em 26 mai. 2007.

VEGA DO SUL. **A Empresa**. Disponível em: <<http://www.vegadosul.com.br/empresa.html>>. Acesso em 26 mai. 2007.

VOSS, Barbara de Lima. **Responsabilidade Social das Entidades Premiadas pela ADVB/SC no ano de 2006 (segundo alguns indicadores)**. Florianópolis, 2007. 100 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.